



CLIPPING INTERNET
10/06/2019 ATÉ 10/06/2019



INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1 2
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	3
	2.2 SITE IMIRANTE.COM.....	4
	2.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	5
	2.4 SITE MA 10.....	6
	2.5 SITE MARANHÃO HOJE.....	7
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG JAILSON MENDES.....	8
	3.2 SITE MA 10.....	9
4	CONVÊNIOS	
	4.1 SITE DO GOVERNO DO ESTADO.....	10
	4.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	11
	4.3 SITE SUA CIDADE.....	12
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG JAILSON MENDES.....	13 14
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG ATUAL 7.....	15 16 17
	6.2 BLOG CESAR BELO.....	18
	6.3 BLOG DANIEL MATOS.....	19
	6.4 BLOG DO NETO FERREIRA	20 21
	6.5 BLOG RICARDO SANTOS.....	22
	6.6 SITE MARANHÃO HOJE.....	23
	6.7 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	24 25
7	JUÍZES	
	7.1 BLOG ATUAL 7.....	26
	7.2 BLOG CESAR BELO.....	27
	7.3 BLOG DIEGO EMIR.....	28
	7.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	29
	7.5 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	30
	7.6 SITE G1 MARANHÃO.....	31 32
	7.7 SITE GAZETA DO MARANHÃO.....	33
	7.8 SITE MARANHÃO HOJE.....	34
	7.9 SITE O ESTADÃO.....	35
8	PROCESSO SELETIVO	
	8.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	36
9	SERVENIAS EXTRAJUDICIAIS	
	9.1 BLOG KIM LOPES.....	37
10	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	10.1 BLOG DANIEL MATOS.....	38
	10.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	39
	10.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	40
	10.4 BLOG ZECA SOARES.....	41
11	VARA CRIMINAL	
	11.1 SITE MA 10.....	42
12	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	12.1 BLOG DO NETO FERREIRA	43
	12.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	44
	12.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	45

Em silêncio sobre Portela, Dino cobra afastamento de Moro

Secretário de Segurança do Maranhão permanece no cargo em meio à acusação de uso da pasta para fins eleitorais, pessoais e partidários. Acusação foi feita por dois delegados da Polícia Civil

10/06/2019 10h35min - Atualizado em 10/06/2019 10h42min

ATUAL7

O governador Flávio Dino (PCdoB) deu demonstração de falta de coerência política e moral, nesta segunda-feira 10, ao usar as redes sociais para cobrar o afastamento do ministro Sérgio Moro da pasta da Justiça e Segurança Pública, após reportagem do The Intercept Brasil mostrar que o ex-juiz federal da Lava Jato orientou o procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF), no trâmite dos processos da operação.

Para o comunista, diante da gravidade da revelação, Moro deve deixar ou ser exonerado do ministério, por risco de utilizar a estrutura da pasta para fins eleitorais e partidários. “Sergio Moro deve se afastar ou ser afastado do Ministério da Justiça. Quem instrumentalizou a Justiça Federal para fins eleitorais e partidários pode tentar fazer o mesmo com a Polícia Federal, agora sob seu comando direto.”, postou.

Ocorre que a mesma postura de Dino não é adotada em relação ao caso envolvendo seu secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Conforme investigação que corre sob sigilo na Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), instaurada a partir de solicitação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, Portela é suspeito de haver utilizado a estrutura da pasta para fins políticos, pessoais e partidários.

Ele teria, segundo denúncia do delegado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar, ordenado espionagem a desembargadores do TJ-MA, além de familiares e assessores destes. Ainda segundo Ney Anderson, o titular da SSP da gestão de Dino também atrapalhou o andamento de investigações relacionadas à máfia da agiotagem no Maranhão, ao determinar blindagem a um membro do governo que poderia ser preso em eventual deflagração da Operação Jenga II. Também mirou na suposta arapongagem, sempre de acordo com Ney Anderson, no senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Com o governo em meio ao escândalo há cerca de um mês, Dino mantém silêncio público sobre o caso, havendo se manifestado sobre Jefferson Portela apenas para parabenizá-lo pela suposta diminuição de crimes na capital, fato que, até recentemente, era atribuído ao - premiado pelo próprio governador do Maranhão pelo feito - delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, outro que também acusa Portela de uso ilegal da pasta contra desembargadores e para causar embaraços às investigações contra a agiotagem, inclusive para proteger um agiota que vem faturando aos tubos no governo Flávio Dino, por meio de uma empresa apontada pela própria SSP de Jefferson Portela como escorredora de dinheiro público pela organização criminosa de agiotas.

Portela, assim como Moro e a força-tarefa da Lava Jato, também nega as acusações de ilegalidade.

Espionagem: pedido para afastamento de Portela é encaminhado para Cláudio Rebelo

Promotor da Assessoria Especial de Investigação da PGJ opinará se secretário de Segurança deve deixar ou não o cargo. Também sobre auditoria no Guardiã

09/06/2019 12h34min - Atualizado em 09/06/2019 12h34min

YURI ALMEIDA

Caberá ao promotor de Justiça Cláudio Rebelo, em eventual manifestação a ser encaminhada ao Poder Judiciário do Maranhão, opinar se o secretário de Segurança Pública Jefferson Portela deve ou não ser afastado do cargo, para evitar possíveis embaraços às investigações sobre supostas ordens para monitoramento e escutas ilegais a desembargadores maranhenses, além de familiares e assessores dos magistrados.

O pedido foi feito pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD-MA), autor da notícia de fato que tramita na Assessoria Especial de Investigação da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) contra Portela, há cerca de duas semanas, com base em denúncias feitas em cartas pelo delegado licenciado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar. Os documentos foram divulgados com exclusividade pelo blog do Neto Ferreira.

Segundo apurou o ATUAL7, a distribuição do procedimento investigatório para Rebelo foi feita na última quarta-feira 5, manualmente, dois dias após despacho do subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas.

Além do pedido de afastamento do titular da SSP, Edilázio sugere ainda que a PGJ requeira à Justiça que determine uma auditoria no sistema Guardiã. Esse pedido, se não houver redistribuição do caso, também deverá ser analisado pelo promotor Cláudio Rebelo.

Uma outra investigação sobre a suposta espionagem a magistrados também corre na PGJ, a pedido do presidente do Tribunal de Justiça maranhense, desembargador Joaquim Figueiredo. Esse procedimento, porém, segundo informou a assessoria do Ministério Público ao ATUAL7, está sob sigilo.

Em nota pessoal publicada no site institucional da pasta, Jefferson Portela nega as acusações. Ele representou criminalmente Ney Anderson e o também delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, pelas acusações contra ele.

Por acompanhar e divulgar o caso, três profissionais de imprensa, incluindo este signatário, também são alvos da representação criminal.

Processo que apura suposta espionagem de Portela é colocado sob sigilo

Procedimento foi instaurado pela PGJ a pedido do presidente do TJ-MA, Joaquim Figueiredo, após secretário ser acusado por delegado da Polícia Civil

08/06/2019 11h26min - Atualizado em 08/06/2019 11h26min

YURI ALMEIDA

Foi colocado sob sigilo o processo instaurado pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) para apurar se o secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, mandou ou não monitorar e implantar escutas ilegais contra desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A informação foi confirmada ao ATUAL7, na terça-feira 4, pela assessoria do Ministério Público maranhense, após questionamento a respeito do assunto. “Fomos informados de que o processo teve o sigilo decretado, portanto não se pode divulgar nenhuma informação até o encerramento das investigações”, respondeu.

O procedimento foi aberto pela PGJ no mês passado, por requisição do presidente do TJ-MA, desembargador Joaquim Figueiredo.

O objetivo das investigações é apurar a veracidade das denúncias feitas em cartas pelo delegado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar, de que Jefferson Portela teria dado ordens para a suposta arapongagem aos magistrados. Familiares e assessores destes, e o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), também teriam sido alvo do titular da SSP-MA, segundo Ney Anderson. As cartas foram todas publicadas com exclusividade pelo blog do Neto Ferreira.

Em meio ao silêncio da Assembleia Legislativa do Maranhão, inclusive de integrantes da Comissão de Segurança Pública e de membros da oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB) na Casa, pelo menos dois deputados federais, Aluísio Mendes (Pode-MA) e Edilázio Júnior (PSD-MA), decidiram buscar maiores esclarecimentos sobre o caso.

O primeiro solicitou à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados uma audiência pública com a presença de Ney Anderson e do também delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, que também fez acusações contra Portela relacionadas aos desembargadores maranhenses. Já o segundo protocolou notícia de fato junto à PGJ, pedindo o afastamento de Portela do cargo, para evitar possíveis embaraços às investigações abertas no âmbito do órgão máximo do MP-MA, e que seja solicitado à Justiça imediata auditoria no sistema Guardião. O mesmo pedido também foi encaminhado ao governador do Maranhão.

Também houve solicitação do senador tucano ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) instaurem uma investigação paralela sobre o caso.

Em nota pessoal encaminhada ao ATUAL7 e publicada no site institucional da pasta da Segurança Pública, Portela nega as acusações. Recentemente, ele representou criminalmente os delegados Ney Anderson e Tiago Bardal, além de três profissionais de imprensa, incluindo este signatário, por conta das acusações contra ele terem se tornado públicas.

Para tentar estancar a crise institucional instalada entre o Judiciário e o Executivo, por conta das acusações de espionagem, acompanhado de Marcelo Tavares (Casa Civil) e Rodrigo Maia (Procuradoria Geral do Estado - PGE), Jefferson Portela se reuniu na semana passada com o desembargador Joaquim Figueiredo, no gabinete da Presidência do TJ-MA.

Devido ao estranho encontro entre o autor do pedido de investigação e o investigado, o ATUAL7 enviou e-mail ao gabinete da PGJ, questionando se a situação não poderia causar embaraços às levantados do órgão sobre o caso. O único retorno foi do técnico ministerial Assunção Maia, mas apenas para informar que a solicitação havia sido recebida.

Presidentes das Câmaras de São Luís e de Imperatriz vão disputar prefeituras em 2020

Osmar Filho tentará manter PDT no comando da capital e José Carlos concorrerá ao Executivo pelo Patriota. Ambos já confirmaram pré-candidatura

09/06/2019 19h38min - Atualizado em 09/06/2019 19h38min

ATUAL7

A eleição de 2020 no Maranhão terá na disputa pelas prefeituras de São Luís e de Imperatriz, as duas cidades mais populosas e com maior quantidade de eleitores no estado, os atuais presidentes da Câmara de Vereadores dos respectivos municípios, Osmar Filho (PDT) e José Carlos (Patriota).

Ambos já confirmaram que são pré-candidatos e contam com o apoio de seus partidos, lideranças e militância, faltando apenas alguns acertos com legendas aliadas – eles não precisam combinar com os eleitores para entrarem no pleito majoritário, e, sim, conquistar os votos destes para serem eleitos.

Caso não haja recuo, será a primeira vez que concorrerão ao Executivo municipal.

Filho do juiz Osmar Gomes, da 1ª Vara do Júri da Comarca de São Luís, o pedetista está já no terceiro mandato de vereador e o primeiro à frente do Palácio Pedro Neiva de Santana. A aposta em seu nome representa a garantia do PDT, comandado no Maranhão pelo senador Weverton Rocha, se manter no controle dos cofres públicos da capital.

José Carlos, por sua vez, possui mais de trinta anos na vida pública. Fez do mandato de vereador praticamente um emprego público, estando atualmente no sexto mandato e o terceiro consecutivo na presidência do Palácio Renato Cortez Moreira. Sua eventual chegada ao comando da prefeitura da Princesa do Tocantins, portanto, representaria mais um troféu para sua coleção de eleições.

Segundo estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), divulgadas no ano passado, São Luís possui 692.497 eleitores aptos a votar, e Imperatriz 162.477. São os votos para prefeito desses respectivos colégios eleitorais que já estão em jogo.

Greve de professores em Paço do Lumiar chega ao fim após acordo na Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau, conseguiu intermediar um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores deflagrada no dia 27 de março deste ano. O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo Município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato. A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador.

A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

ACORDO

Em sessão conduzida pelos conciliadores Hildacy de Fátima Paixão (secretária do Cejusc de 2º Grau) e Filon de Carvalho Neto, o acordo foi oficialmente celebrado entre o Município de Paço do Lumiar, representado no ato pelo procurador-geral Adjunto, Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, e pelo secretário municipal de Educação, Paulo Roberto Barroso Soares; e o Sinproesemma, representado por Jori Iviary Souza dos Santos Oliveira, acompanhada do advogado Leverriher Alencar de Oliveira Júnior.

Pelo acordo, o Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades

laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10 minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e 40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato.

COMO FUNCIONA A CONCILIAÇÃO

Qualquer processo que se encontre no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento da apelação, independentemente da data de sua chegada, poderá ser objeto dessa sessão conciliatória, desde que envolva direito disponível, partes capazes e tenha havido citação pessoal na primeira instância. Os desembargadores também podem enviar ao Cejusc de 2º Grau relação de processos passíveis de conciliação.

DECLARAÇÃO INOCENTA JEFFERSON PORTELA DE ESPIONAGEM : ADVOGADO GENRO DE DESEMBARGADOR GUERREIRO DIZ QUE FOI ELE QUEM INFORMOU AO DELEGADO NEY ANDERSON GENRO DA DESEMBARGADO ANILDES QUE ESTAVA SENDO MONITORADO

junho 09, 2019 Blog Cesar Bello Comentários

O advogado Marcelo Mota/ genro do desembargador Guerreiro Junior deu declaração que isenta/ inocenta o Secretário Jefferson Portela.

Mota diz que procurou o delegado Ney Anderson/ genro da desembargadora Anildes Chaves Cruz/ relatando a possibilidade de monitoramento.

Ney Anderson/ genro da desembargadora Anildes Chaves Cruz teria afirmado que não existia ordens para monitorá-lo/ tão pouco a seus familiares.

Há contradição entre as declarações: o mesmo delegado - Ney Anderson - que teria afirmado não existir monitoramento/ agora afirma que existiu.

O genro do desembargador Guerreiro disse que Ney Anderson/ genro da desembargadora Anildes informou que não existia monitoramento.

Ney Anderson/ genro da desembargadora Anildes posteriormente alopra/ grava vídeo para o mesmo blogueiro/ Neto Ferreira. Muita coincidência.

Eles cometeram erro : as declarações do genro do desembargador Guerreiro/ desmentem o delegado genro da desembargadora Anildes. Muita burrice.

Marcelo Mota diz que foi ele quem informou ao delegado Ney Anderson do suposto monitoramento. Então não foi Jefferson Portela. Foi orquestração?

Genros de desembargadores conversam. Antes não tinha/ agora tem monitoramento? Ambos escolhem o mesmo blogueiro para declarações?

É muita burrice junta. Não observaram as próprias contradições nas falas. Pensam que nos somos crianças. Não mudaram a cueca/nem de blogueiro.

PROPOSTA OPORTUNA/ NECESSÁRIA DO PRESIDENTE OTHELINO NETO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA SEGUNDA-FEIRA(10)/ AS 9 HORAS

junho 10, 2019 Blog Cesar Bello Comentários

Resultado de imagem para othelino neto

A audiência pública que debaterá a Reforma da Previdência será realizada nesta segunda-feira (10), a partir das 9h, no auditório Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O evento, proposto pelo presidente Othelino Neto (PC do B), contará com a presença do presidente da Comissão Especial que analisa a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PR-AM).

Além de deputados federais e estaduais, o evento contará, também, com a presença de membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados, defensores públicos, autoridades e representantes de entidades civis de classe.

Durante a audiência, serão debatidos os pontos mais polêmicos da Proposta de Emenda à Constituição 6/19, que pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios). Caso a PEC seja aprovada, a idade mínima para a aposentaria será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

Atualmente, a proposta encontra-se na fase de análise das emendas apresentadas. Ao todo, o relator deverá analisar 277 sugestões, com expectativa de conclusão do parecer sobre o mérito da proposta até o dia 15 de junho.

Flávio Dino cobra exoneração de Moro, mas mantém impunes e com prestígio secretário e coronel acusados de espionagem

Por Daniel Matos • segunda-feira, 10 de junho de 2019 às 11:10

Flávio Dino usa dois pesos e duas medidas para o plano nacional e escândalos do seu governo

O governador Flávio Dino (PCdoB) usa as redes sociais, mais precisamente o Twitter, para dar eco à notícia de que o ex-juiz federal e ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, orientou investigações feitas pela Operação Lava Jato. O comunista cobra a exoneração imediata de Moro, pois, em sua opinião, ele não tem mais condições de permanecer no cargo. A prevalecer o ponto de vista de Dino, ele próprio já deveria ter dado exemplo e exonerado o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, acusado de mandar espionar juizes e desembargadores, e reprimido com rigor a conduta do coronel da Polícia Militar Heron Santos, apontado como executor do plano de espionagem a adversários da gestão comunista no ano eleitoral de 2018.

Em tom de visível desespero e disposto a acirrar ainda mais a polêmica, a fim de causar instabilidade política ao país, Dino resolveu dar eco aos diálogos divulgados pelo site The Intercept Brasil que sinalizam que o ministro Sérgio Moro orientou o trabalho do procurador federal Deltan Dallagnol, responsável pela denúncia do caso triplex, que levou à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no bojo da Lava Jato.

Postagens de Flávio Dino no Twitter sobre o caso envolvendo o ministro Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol escancaram o desespero do comunista

Em vez de corrigir os erros do seu próprio governo, Dino prefere se intrometer em questões nacionais, saindo da sua alçada tão somente em busca dos holofotes da grande mídia e para causar tumulto. Estivesse o governador maranhense bem intencionado, ele cortaria na própria carne. Era o que se esperava, mas o comunista não apenas ignora os fatos, como faz afagos generosos em seus leais subordinados.

Para defender seu secretário de Segurança e tranquilizá-lo em meio à forte pressão, inclusive de aliados, por sua demissão, Dino fez uma uma manifestação pública de apoio, via rede social, destacando supostos feitos do titular da pasta no combate à violência. Já o coronel Heron, apesar da sindicância instaurada pelo Comando Geral da PM para apurar sua conduta e a dos demais envolvidos na espionagem a desafetos do governo, foi promovido recentemente a comandante do Policialmente do Interior (CPI), justamente o foco do escândalo.

Detalhe: além das posições de destaque que ocupam no governo, tanto Portela quanto Heron são filiados ao PCdoB de Flávio Dino. Ao prestigiá-los, o governador não só se torna omissos, mas cúmplice também. E reafirma seu modo tendencioso de fazer política.

Edivaldo anuncia inauguração do Museu da Gastronomia

Por Daniel Matos • domingo, 09 de junho de 2019 às 15:56

Museu da Gastronomia está situado no Centro Histórico de São Luís

Em pleno período de festa junina, São Luís terá um atrativo a mais à população e um incremento ao turismo. O prefeito Edivaldo Holanda Junior vai inaugurar neste mês o Museu da Gastronomia do Maranhão, um presente especial para a cidade, em um local privilegiado do Centro Histórico, na esquina da Rua da Estrela com a Rua de Nazaré. A culinária maranhense agora terá o seu espaço de valorização e reconhecimento o ano todo, instalado no coração da área de influência do comércio e da sede dos poderes Municipal, Executivo e Judiciário. Trata-se de um projeto estratégico de Edivaldo para o desenvolvimento da cidade.

O Museu da Gastronomia é parte de um conjunto de obras que vêm sendo executadas pela gestão Edivaldo em parceria com o Iphan como o Complexo Deodoro e da Praça Dom Pedro II, entregues em dezembro passado, além da Rua Grande, em andamento, bem como os casarões da Rua da Palma, destinados a habitação social e requalificação da área central da cidade. Destaque ainda para a Feirinha São Luís, uma iniciativa de sucesso que tem incentivado o empreendedorismo e valorizado a cultura e a culinária regional.

Na visão do prefeito Edivaldo, publicado em artigo neste fim de semana, os investimentos no potencial gastronômico da cidade são uma forma de impulsionar o turismo, proporcionando experiências únicas aos visitantes, fazendo-os emergir na cultural local também por meio da culinária. É o tipo de atrativo que independe de alta temporada, podendo ser explorado o ano todo, e que é um nicho de mercado em ascensão.

Além do Museu da Gastronomia, Edivaldo mantém outro projeto estratégico para valorizar a culinária maranhense: cursos de capacitação no setor. Um exemplo disto é o que ocorre no bairro Desterro, cujo público-alvo são moradoras atendidas pela Casa do Bairro, equipamento municipal. A capacitação dá prosseguimento às ações de fomento ao empreendedorismo no setor, uma das diretrizes da gestão de Edivaldo. É o prefeito fazendo a sua parte

Audiência pública proposta por Othelino Neto, Bira do Pindaré e Juscelino Filho para debater a Reforma da Previdência será realizada nesta segunda

10 de junho de 2019 : 08:32

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão realiza, nesta segunda-feira (10), no auditório Fernando Falcão, audiência pública que debaterá a Reforma da Previdência, evento proposto pelo presidente Othelino Neto (PC do B) e pelos deputados federais Bira do Pindaré (PSB/MA) e Juscelino Filho (DEM/MA), este último, presidente da Subcomissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

A audiência pública contará com a presença do presidente da Comissão Especial que analisa a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), além de deputados federais e estaduais, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados, defensores públicos, autoridades e representantes de entidades civis de classe.

Durante a audiência, serão debatidos os pontos mais polêmicos da Proposta de Emenda à Constituição 6/19, que pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios).

Caso a PEC seja aprovada, a idade mínima para a aposentaria será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

Atualmente, a proposta encontra-se na fase de análise das emendas apresentadas. Ao todo, o relator deverá analisar 277 sugestões, com expectativa de conclusão do parecer sobre o mérito da proposta até o dia 15 de junho.

Espionagem: pedido para afastamento de Portela é encaminhado para Cláudio Rebelo

Caberá ao promotor de Justiça Cláudio Rebelo, em eventual manifestação a ser encaminhada ao Poder Judiciário do Maranhão, opinar se o secretário de Segurança Pública Jefferson Portela deve ou não ser afastado do cargo, para evitar possíveis embaraços às investigações sobre supostas ordens para monitoramento e escutas ilegais a desembargadores maranhenses, além de familiares e assessores dos magistrados.

O pedido foi feito pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD-MA), autor da notícia de fato que tramita na Assessoria Especial de Investigação da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) contra Portela, há cerca de duas semanas, com base em denúncias feitas em cartas pelo delegado licenciado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar. Os documentos foram divulgados com exclusividade pelo blog do Neto Ferreira.

Segundo apurou o ATUAL7, a distribuição do procedimento investigatório para Rebelo foi feita na última quarta-feira 5, manualmente, dois dias após despacho do subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas.

Além do pedido de afastamento do titular da SSP, Edilázio sugere ainda que a PGJ requeira à Justiça que determine uma auditoria no sistema Guardião. Esse pedido, se não houver redistribuição do caso, também deverá ser analisado pelo promotor Cláudio Rebelo.

Uma outra investigação sobre a suposta espionagem a magistrados também corre na PGJ, a pedido do presidente do Tribunal de Justiça maranhense, desembargador Joaquim Figueiredo. Esse procedimento, porém, segundo informou a assessoria do Ministério Público ao ATUAL7, está sob sigilo.

Em nota pessoal publicada no site institucional da pasta, Jefferson Portela nega as acusações. Ele representou criminalmente Ney Anderson e o também delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, pelas acusações contra ele.

Por acompanhar e divulgar o caso, três profissionais de imprensa, incluindo este signatário, também são alvos da representação criminal.

Vídeo: genro de desembargador relata que foi monitorado

O advogado Marcelo Mota, genro do desembargador Guerreiro Júnior, revelou, em entrevista exclusiva ao Blog do Neto Ferreira, que foi monitorado pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. Mota e a sua esposa, filha do magistrado, foram citados em uma das denúncias do delegado Ney Anderson como alvos de grampos ilegais da SSP (veja aqui). O monitoramento ocorreu logo após a soltura do agiota Pacovan, cliente do escritório de Fernanda Guerreiro.

De acordo com o causídico, os monitoramentos ocorreram por algumas vezes, sendo uma percebido pelas câmeras de vigilância da sua residência e outro ocorrido em um show, onde foi seguido por pessoas em vários lugares. Os fatos foram levados ao conhecimento do delegado Ney Anderson, que à época era chefe do Departamento de Combate ao Crime Organizado, órgão da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). “Eu percebi em duas ocasiões: uma em casa, percebi nas minhas câmeras carros passando, os mesmos carros passando repetidamente pela rua da minha casa e em outro momento em um show que eu estava eu percebi que estava sendo monitorado, todo lugar que eu ia com a minha esposa essas pessoas acompanhavam como se fosse de forma ocasional, mas eu percebi que era que estava sendo monitorado”.

Mota ressaltou que os alvos não seriam ele e a esposa, mas sim Guerreiro Júnior. O advogado também cogita que a motivação das monitorações seriam o descontentamento da SSP por algumas decisões judiciais proferidas pelo magistrado.

“Eu tenho certeza que deve ter algum descontentamento por alguma decisões judiciais do aparelho de Segurança que pode ter motivado isso, não tenho como afirmar que ele [desembargador Guerreiro Júnior] foi monitorado ou não, porque dr. Guerreiro é uma pessoa íntegra, não tem grandes patrimônios, vive do salário dele normal, tem uma vida simples, não teria subsídios que determinassem uma investigação, mas eu tenho certeza que houve um monitoramento pq eu percebi que estava sendo monitorado e com certeza o alvo não seria eu ou minha esposa, a intenção deles seria exclusivo o dr. Tiago Bardal quando veio ao meu escritório, após ter saído da Superintendência [Estadual de Investigações Criminais], ele me relatou que tinha ordens para me monitorar, tanto eu quanto minha esposa, quanto outros parentes de desembargadores”, declarou Marcelo Mota.

Marcelo cobrou também uma postura mais incisiva da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão no caso. Para ele a entidade tem obrigação moral de posicionar perante aos fatos e pedir uma investigação mais aprofundada sobre a espionagem contra a classe jurídica.

O advogado pediu que seja aberto o sistema Guardião para apurar se houve o monitoramento ou não.

Procurada pelo Blog, a OAB-MA declarou que continuará a exigir a apuração rigorosa por parte do Poder Público de todas as denúncias, nas quais acusação o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, de ordenar grampos ilegais a desembargadores, assessores e familiares de magistrados.

“Sobre as denúncias de suposta espionagem a magistrados e seus familiares, que veio à tona por meio de denúncias do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado Ney Anderson, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, ratifica seu compromisso com a defesa do Estado Democrático de Direito, no qual é imprescindível o respeito às normas jurídicas e o combate à todo e qualquer excesso ou abuso. Nesse viés, continuará a cobrar do poder público que todas as denúncias sejam apuradas com rigor, responsabilidade e prudência, respeitando-se o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal constitucionalmente assegurados.”

A Secretaria de Segurança Pública foi procurada, mas não se pronunciou até o fechamento da reportagem.

Justiça manda prefeitura se manifestar sobre contrato bilionário com empresa de André Neves

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, determinou, na quarta-feira (5), que a Prefeitura de São Luís se manifeste em até 72 horas sobre a ação popular protocolada por Paulo Castro de Almeida Filho, onde aponta uma série de irregularidades no contrato bilionário firmado entre o Executivo e a empresa de André Neves Monteiro Vianna, a SLEA - São Luís Engenharia Ambiental, que visa a coleta de resíduos sólidos por 20 anos.

Na decisão, Douglas Martins afirma que o acordo entre a Prefeitura e a empresa do lixo é improvável, portanto pede que os réus apresentem contestação no prazo de 20 dias.

O magistrado solicitou também a entrada do Ministério Público dentro de 30 dias após as contestações.

“Intimem-se os réus para se manifestarem sobre o pedido de tutela de urgência no prazo de 72h. Por ser improvável a conciliação, cite-se os réus para apresentarem contestação no prazo de 20 dias”, anotou Douglas Martins.

IMAGEM

Com 3 condenações no CNJ, juiz maranhense recebeu em 6 meses quase R\$ 200 mil

Matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo revelou que juízes punidos com aposentadoria por venda de sentença e desvios receberam R\$ 10 milhões em seis meses.

Entre 2008 e 2018, 47 magistrados (juízes, desembargadores e até um ministro do Superior Tribunal de Justiça), foram aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por venda de sentença, desvio de recurso, tráfico de influência, conduta negligente e outras faltas disciplinares.

Eles perderam os cargos, mas mantiveram os salários ajustados ao tempo de serviço.

Na lista de aposentados compulsoriamente pelo CNJ, o matutino paulista destaca as três punições do juiz maranhense Abrahão Lincoln Sauáia, que foi considerado culpado em um procedimento (2013) que apurava por negligência em um pedido de indenização e outros dois (2011) por omissão e parcialidade no julgamento de processos contra empresas de grande porte.

Em seis meses, Sauáia recebeu um rendimento bruto de R\$ 198,6 mil. O maior valor foi depositado em janeiro, R\$ 34,5 mil.

Leia a matéria completa [Aqui](#)

Seminário discute implementação da Política Estadual de Educação Ambiental

A Política Estadual de Educação Ambiental foi tema de discussão, nesta sexta-feira (7), no Seminário Estadual de Educação Ambiental, realizado na sede da Procuradoria Geral de Justiça. Entre os debatedores, os secretários de Estado, Felipe Camarão (Educação) e Rafael Ribeiro (Sema), e o promotor de justiça e diretor da Escola Superior do Ministério Público, Márcio Tadeu.

“A responsabilidade socioambiental envolve solidariedade, democracia e participação social, por isso, é necessário o envolvimento da gestão escolar, a relação escola e comunidade deve ser trabalhada desde a educação infantil. Hoje, o Maranhão conta com um plano estadual de educação ambiental que é o instrumento balizador da política, com cunho pedagógico bem fundamentado. Nosso desafio, agora, é tornar essa política perene para que alcance gerações e o Governo do Estado tem empreendido todos os esforços para que isso se concretize”, defendeu o secretário Felipe Camarão.

O secretário destacou, ainda, a gestão compartilhada da política com a Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais); explanou sobre as dimensões da Educação Ambiental e ressaltou o foco pedagógico do plano estadual, que será trabalhado de forma transversal na educação básica maranhense.

O promotor Márcio Tadeu destacou a participação do Governo do Estado, com a presença dos dois secretários no evento, que reúne representantes do poder público e de entidades da sociedade civil organizada de diversas regiões do estado. “O MP muito se honra de poder participar deste momento. Esse legado para as próximas gerações só se faz com educação ambiental. As falas mostram a preocupação do Governo do Estado com o planejamento da política”, ressaltou após fala dos secretários Felipe e Rafael.

Na chegada ao evento, os participantes receberam o Plano Estadual de Educação Ambiental, documento elaborado, seguindo as diretrizes gerais da Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental. O Plano tem como intuito trabalhar a educação ambiental na busca da transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade maranhense, de modo que obtenha cidadãos mais participantes.

O seminário iniciou nesta quinta-feira (6). Na solenidade de abertura, o subsecretário da Seduc, Danilo Moreira, destacou o compromisso do governo com as ações de educação ambiental. “O evento de hoje expressa a continuidade de um compromisso muito forte que o governador Flávio Dino tem com a questão ambiental. Há um esforço conjunto do governo, com o Ministério Público, com a Procuradoria Geral de Justiça, com a sociedade civil e as nossas escolas, para que a gente possa cultivar mais o nosso meio ambiente”, comentou.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, ponderou que a proteção do meio ambiente é responsabilidade de todos. “A proteção do meio ambiente não é só uma questão governamental, para que nós consigamos cumprir as nossas obrigações, em relação à proteção do meio ambiente, a sociedade, como um todo, precisa participar, as instituições precisam cumprir a legislação, cumprir as metas, aquilo que é estabelecido pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos e outras leis referentes ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, a sociedade também tem as suas obrigações, não adianta, por exemplo, o poder público colocar redes para captar os esgotos e as pessoas continuarem jogando o seu lixo nos rios riachos e

locais inadequados. Então, nós precisamos juntar forças, sociedade civil de um lado, administração pública de outro e todos darem as mãos de alguma maneira para que nós consigamos proteger o meio ambiente em nosso estado”, declarou o juiz.

O evento é promovido por diversas instituições, incluindo: Governo do Estado, Conselho Estadual de Educação (CEE), Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público, Universidade Estadual do Maranhão, Prefeitura de São Luís, Assembleia Legislativa do Maranhão, além de outras entidades.

Edivaldo anuncia inauguração do Museu da Gastronomia, em São Luís

Publicado em 9 de junho de 2019 por gilbertoleda

Em pleno período de festa junina, São Luís terá um atrativo a mais à população e um incremento ao turismo. O prefeito Edivaldo Holanda Junior (PDT) vai inaugurar neste mês o Museu da Gastronomia do Maranhão, um presente especial para a cidade, em um local privilegiado do Centro Histórico, na esquina da Rua da Estrela com a Rua de Nazaré.

A culinária maranhense agora terá o seu espaço de valorização e reconhecimento o ano todo, instalado no coração da área de influência do comércio e da sede dos poderes Municipal, Executivo e Judiciário. Trata-se de um projeto estratégico de Edivaldo para o desenvolvimento da cidade.

O Museu da Gastronomia é parte de um conjunto de obras que vêm sendo executadas pela gestão Edivaldo em parceria com o Iphan como o Complexo Deodoro e da Praça Dom Pedro II, entregues em dezembro passado, além da Rua Grande, em andamento, bem como os casarões da Rua da Palma, destinados a habitação social e requalificação da área central da cidade.

Destaque ainda para a Feirinha São Luís, uma iniciativa de sucesso que tem incentivado o empreendedorismo e valorizado a cultura e a culinária regional.

Na visão do prefeito Edivaldo, publicado em artigo neste fim de semana, os investimentos no potencial gastronômico da cidade são uma forma de impulsionar o turismo, proporcionando experiências únicas aos visitantes, fazendo-os emergir na cultural local também por meio da culinária. É o tipo de atrativo que independe de alta temporada, podendo ser explorado o ano todo, e que é um nicho de mercado em ascensão.

Além do Museu da Gastronomia, Edivaldo mantém outro projeto estratégico para valorizar a culinária maranhense: cursos de capacitação no setor. Um exemplo disto é o que ocorre no bairro Desterro, cujo público-alvo são moradoras atendidos pela Casa do Bairro, equipamento municipal. A capacitação dá prosseguimento às ações de fomento ao empreendedorismo no setor, uma das diretrizes da gestão de Edivaldo.

Promotora pede e Justiça prorroga prisão dos vereadores de Vitória do Mearim por mais 5 dias

A pedido do Ministério Público, a Justiça decidiu prorrogar por mais cinco dias a prisão de vários vereadores da cidade de Vitória do Mearim. Eles foram presos na última quarta-feira, 5, acusados de pedir propina para barrar uma CPI contra a gestora do município, Dídima Coelho.

Parlamentares foram presos na semana passada após uma operação do Gaeco

Foram alvos das medidas cautelares de busca e apreensão em suas residências e de prisão temporária os vereadores Hélio Wagner Rodrigues Silva, Oziel Gomes da Silva, Mauro Rogério Pires, José Mourão Martins e Bena Marcos Rodrigues Pacheco.

Este último saiu no mesmo dia, por motivos de doenças, e Marcelo Silva Brito foi preso no dia seguinte à primeira operação. Todos continuam presos e em relação aos vereadores George Maciel da Paz e Raimundo Nonato Costa da Silva, foram cumpridos apenas mandados de busca e apreensão.

Outros vereadores estão sendo ouvidos como testemunhas no caso que investiga cobrança de propinas, gravados pelo chefe de Gabinete da prefeita, Almir Coelho. Eles são acusados de pedir ao marido da prefeita 320 mil reais parcelado em duas vezes, garantindo a maioria dos votos contra a CPI. O vereador Bena, teria pedido uma R\$ 100 mil, mas está solto.

De acordo com o depoimento de Almir Coelho Sobrinho, havia um plano paralelo entre os vereadores para afastar a gestora, com o intuito de que a vice assumisse e pudesse sacar a quantia correspondente aos royalties da mineração destinados ao município de Vitória do Mearim, totalizando aproximadamente R\$2.200.000,00 para, em seguida, dividir entre eles, o que ela negou.

Reveja todas as notícias referentes ao assunto...

TJ nega recurso para anular Júri Popular e mantém condenação de ex-policial acusado de intermediar morte de Flaviano Pinto Neto

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão negou um recurso apresentado pelo advogado do ex-policial militar Josuel Sodré Saboia, acusado de intermediar a morte do quilombola Flaviano Pinto Neto, em 2010, na cidade de São Vicente Ferrer. O recurso foi apresentado pelo advogado Cícero Carlos de Medeiros, que defende o criminoso.

Ex-policial Saboia deixa local do júri, após ser condenado a mais de 18 anos de prisão

Na ação, o advogado queria anular a sentença que condenou o ex-policial a 18 anos, 8 meses e 12 dias de reclusão, em regime fechado, em Pedrinhas (Reveja AQUI as informações sobre a sentença). Na decisão, os desembargadores disseram que 'hão há qualquer dúvida de que o ex-policial foi fundamental para a prática do crime de homicídio em face da vítima, especialmente considerando que aprova testemunhal produzida, bem como a prova técnica, consistente no relatório sobre as ligações telefônicas, produzida pelo GECOC'.

Segundo fontes do Blog do Jailson Mendes, a defesa também pediu que fosse diminuída a condenação, pedido que também não foi aceito pelos magistrados. "A dosimetria da reprimenda imposta ao apelante mostra irretocável, posto que o magistrado de origem procedeu em estrita observância aos ditames contidos no art. 59 e 68, ambos do Código Penal. Apelo conhecido e improvido. Unanimemente", finalizou o acórdão que negou o recurso.

A decisão foi assinada pelos desembargadores Froz Sobrinho, Josemar Lopes e Tyrone José e teve parecer contra os pedidos do advogado, a Procuradoria Geral de Justiça. O julgamento que a defesa do ex-policial queria anular foi realizado em agosto do ano passado na sede da Câmara de Vereadores de São João Batista.

Entenda o caso

Flaviano Pinto Neto era líder da comunidade quilombola do Charco e foi assassinado no dia 30 de outubro de 2010. O crime se enquadra na figura de homicídio sob encomenda e, na época, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Manoel de Jesus Martins Gomes - "Manoel de Gentil"; Antônio Martins Gomes - "Antônio de Gentil"; Josuel Sodré Saboia e Irismar Pereira - "Uroca". Os dois primeiros, fazendeiros, foram acusados de serem os mandantes, Josuel Saboia, como intermediário, e Irismar, como executor.

Este último estava preso e acabou assassinado no presídio de Pedrinhas, em São Luís. Os irmãos Manoel de Gentil e Antonio de Gentil foram pronunciados para o julgamento em novembro de 2014, mas a defesa recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão e conseguiu inocentar os dois. Os advogados do quilombola recorrera ao Superior Tribunal de Justiça, onde os juízes decidiram manter a decisão do TJ e os dois não são mais réus nesse processo.

No julgamento de agosto, onde a acusação foi feita pelo promotor Felipe Rotondo, o Conselho de Sentença reconheceu, por maioria dos votos, que a vítima foi atingida por disparo de arma de fogo e que o réu, Josuel

Sodré Sabóia, concorreu ao crime em que ocorreram os disparos que provocaram a morte da vítima e que ele tornou impossível a defesa da vítima. Por isso, ele foi condenado a 18 anos, 8 meses e 12 dias de reclusão, em regime fechado, em Pedrinhas.

Tribunal de Justiça volta a negar habeas corpus para irmãs acusadas de matar jovem em Matinha

O Tribunal de Justiça do Maranhão negou mais um habeas corpus a favor das irmãs Tainar dos Santos e Tainara dos Santos, suspeitas de terem matado a golpes de faca a jovem Kelrry Daiana Mouzinho no dia 9 de abril em Matinha. O caso chocou a população do estado e foi manchete em vários jornais e sites.

Hoje, o Blog do Jailson Mendes foi informado que a Terceira Câmara Criminal do TJ negou a soltura das duas, que continuarão presas no complexo penitenciário de Pedrinhas. Elas foram presas no dia 29 de abril pelos policiais da cidade de Rosário.

A decisão de manter as irmãs na prisão faz parte de um acórdão publicado hoje no site do tribunal e, por unanimidade os desembargadores negaram o pedido da defesa das irmãs Tainar dos Santos e Tainara dos Santos. Elas são defendidas pelos advogados Hilton Henrique Souza Oliveira e Thaisa Lorena Da Silva Costa Oliveira.

Votaram contra o habeas corpus os desembargadores Josemar Lopes, que é o relator do processo; Froz Sobrinho e José Bernado. A Procuradoria Geral de Justiça, representada por Maria de Fatima Rodrigues Travassos, também deu parecer contrário a soltura das irmãs. A decisão pode ser acessada, na íntegra, pelo número 0803057-76.2019.8.10.0000.

Edivaldo confirma inauguração do Museu da Gastronomia

por Jorge Aragão

09 jun 2019

Em pleno período de festa junina, São Luís terá um atrativo a mais à população e um incremento ao turismo. O prefeito Edivaldo Holanda Junior vai inaugurar ainda neste mês o Museu da Gastronomia do Maranhão, um presente especial para a cidade, em um local privilegiado do Centro Histórico, na esquina da Rua da Estrela com a Rua de Nazaré.

A culinária maranhense agora terá o seu espaço de valorização e reconhecimento o ano todo, instalado no coração da área de influência do comércio e da sede dos poderes Municipal, Executivo e Judiciário. Trata-se de um projeto estratégico de Edivaldo para o desenvolvimento da cidade.

O Museu da Gastronomia é parte de um conjunto de obras que vêm sendo executadas pela gestão Edivaldo em parceria com o Iphan como o Complexo Deodoro e da Praça Dom Pedro II, entregues em dezembro passado, além da Rua Grande, em andamento, bem como os casarões da Rua da Palma, destinados a habitação social e requalificação da área central da cidade. Destaque ainda para a Feirinha São Luís, uma iniciativa de sucesso que tem incentivado o empreendedorismo e valorizado a cultura e a culinária regional.

Na visão do prefeito Edivaldo, publicado em artigo neste fim de semana, os investimentos no potencial gastronômico da cidade são uma forma de impulsionar o turismo, proporcionando experiências únicas aos visitantes, fazendo-os emergir na cultural local também por meio da culinária. É o tipo de atrativo que independe de alta temporada, podendo ser explorado o ano todo, e que é um nicho de mercado em ascensão.

Além do Museu da Gastronomia, Edivaldo mantém outro projeto estratégico para valorizar a culinária maranhense: cursos de capacitação no setor. Um exemplo disto é o que ocorre no bairro Desterro, cujo público-alvo são moradoras atendidos pela Casa do Bairro, equipamento municipal. A capacitação dá prosseguimento às ações de fomento ao empreendedorismo no setor, uma das diretrizes da gestão de Edivaldo.

É aguardar e conferir.

Corregedoria do Judiciário faz inspeção extraordinária em cartórios de Bacabal

A Corregedoria Geral da Justiça realiza inspeção extraordinária, desta segunda-feira, 09, a 15 de junho de 2019, nas serventias extrajudiciais do 1º Ofício de Bacabal, 2º Ofício de Bacabal, 3º Ofício de Bacabal e 4º Ofício de Bacabal. Durante as inspeções o atendimento nessas serventias não ficará suspenso.

A inspeção foi determinada pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, na Portaria nº 2167/2019, que designou os servidores Wander Henrique Braga da Silva, Eliana da Conceição Monteiro Almeida Ferreira e Lourival da Silva Ramos Júnior para realizar os trabalhos.

A inspeção, embora em caráter extraordinário, faz parte do calendário de ações permanentes da Corregedoria do Poder Judiciário, com a finalidade de verificar a regularidade do andamento e a qualidade dos serviços extrajudiciais prestados pelas serventias à população, conforme determina o Código de Normas da Corregedoria

ITENS - A equipe de servidores vai analisar a regularidade de vários itens durante a inspeção, tais como a estrutura de informática disponível para arquivamento e proteção de dados; a regularidade na contratação de pessoal e a verificação da conformidade dos livros de escrituração e arquivamento de atos, dentre outros.

A verificação do acervo de documentos do cartório é feita por amostragem, de forma aleatória, dentre os atos de escritura pública e procuração mais recentes. Já os livros são inspecionados a fim de verificar a ordem e o seu estado de conservação.

Conforme o artigo 146 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, compete à Corregedoria Geral da Justiça por deliberação própria, fiscalizar, em caráter geral e permanente os serviços extrajudiciais do Estado do Maranhão.

Com 3 condenações no CNJ, juiz maranhense recebeu em 6 meses um rendimento bruto de R\$ 198,6 mil

Matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo revelou que juízes punidos com aposentadoria por venda de sentença e desvios receberam R\$ 10 milhões em seis meses.

Entre 2008 e 2018, 47 magistrados (juízes, desembargadores e até um ministro do Superior Tribunal de Justiça), foram aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por venda de sentença, desvio de recurso, tráfico de influência, conduta negligente e outras faltas disciplinares.

Eles perderam os cargos, mas mantiveram os salários ajustados ao tempo de serviço.

Na lista de aposentados compulsoriamente pelo CNJ, o matutino paulista destaca as três punições do juiz maranhense Abrahão Lincoln Sauáia, que foi considerado culpado em um procedimento (2013) que apurava por negligência em um pedido de indenização e outros dois (2011) por omissão e parcialidade no julgamento de processos contra empresas de grande porte.

Em seis meses, Sauáia recebeu um rendimento bruto de R\$ 198,6 mil. O maior valor foi depositado em janeiro, R\$ 34,5 mil.

Leia a matéria completa [Aqui](#)

Tigrão ataca de novo: Flávio Dino quer falar de Moro e calar sobre Jefferson Portela?

Da série "Tigrão" virou tchutchuca:

A imprensa do Maranhão revelou que a Justiça quer deixar debaixo dos panos, e bem longe da opinião popular, os bastidores de um importante caso de arapongagens.

Abaixo, trecho do site Atual 7, sobre a estranha atitude do Judiciário.

O objetivo das investigações é apurar a veracidade das denúncias feitas em cartas pelo delegado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar, de que Jefferson Portela teria dado ordens para a suposta arapongagem aos magistrados. Familiares e assessores destes, e o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), também teriam sido alvo do titular da SSP-MA, segundo Ney Anderson. As cartas foram todas publicadas com exclusividade pelo blog do Neto Ferreira.

Em meio ao silêncio da Assembleia Legislativa do Maranhão, inclusive de integrantes da Comissão de Segurança Pública e de membros da oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB) na Casa, pelo menos dois deputados federais, Aluísio Mendes (Pode-MA) e Edilázio Júnior (PSD-MA), decidiram buscar maiores esclarecimentos sobre o caso.

O primeiro solicitou à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados uma audiência pública com a presença de Ney Anderson e do também delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, que também fez acusações contra Portela relacionadas aos desembargadores maranhenses. Já o segundo protocolou notícia de fato junto à PGJ, pedindo o afastamento de Portela do cargo, para evitar possíveis embaraços às investigações abertas no âmbito do órgão máximo do MP-MA, e que seja solicitado à Justiça imediata auditoria no sistema Guardiã. O mesmo pedido também foi encaminhado ao governador do Maranhão.

ÚLTIMAS VAGAS! Curso preparatório para concurso do TJMA

INSTITUTO EVOLUÇÃO

Vantagens

- Material didático grátis
- Salas modernas e climatizadas

Aulas

Quartas, Quintas e Sextas-feiras, das 19h às 21h30

VAGAS LIMITADAS!

CONHEÇA NOSSO QUADRO DE PROFESSORES:

DIREITO CONSTITUCIONAL - Dr. Carlos Renato

Formação: Direito

Atua como Delegado Regional da Polícia Civil de Bacabal, Professor de Direito Constitucional e Administrativo dos cursos Degrau Cultural, Progressão, Inteligência Jurídica , dentre outros no RJ.

Dr. Daniel Moura

Formação: Direito

Atua como Delegado da Polícia Civil do Maranhão em São Luís Gonzaga/MA

DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Dr. Vilmar Locatelli

Formação: Direito

Atua como advogado, Mestre em Gestão e Planejamento Ambiental pela Universidade Católica de Brasília - UCB, Especialista em Gestão Ambiental de Cidades- UCB, Especialista em Direito Ambiental- PUC-SP, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará -UFPA, Licenciado em Ciências da Religião pela Universidade Vale do Acaraú - UVA, Graduado em Teologia e Filosofia pelo Instituto Pastoral Regional -IPAR - Ex- assessor e coordenador do escritório da Central Única dos Trabalhadores- CUT em Brasília, Membro da Comissão Nacional de Gestão de Florestas Públicas- CGFLOP, Ex- Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Educação Santa Terezinha-FEST.

- Dr. Daniel Antunes

Formação: Direito e Letras

Atua como Escrivão de Polícia desde 2009, aprovado em 24º lugar no concurso de Delegado de Polícia Civil Maranhão 2018

LEGISLAÇÃO DO TJ - Prof. Italo Adriel

Formação: Graduando em Direito

Atua como Técnico do Tribunal de Justiça do - MA

PORTUGUÊS - Prof. Eduardo Henrique

Formação: Letras - UEMA

Atua no Colégio Reis Magos

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO - Prof. Gleidson Ferreira

Formação: Química UEMA, Pós - Graduado.

Atua na Rede Estadual de Ensino

NOÇÕES DE INFORMÁTICA - Prof. Irapoã

Formação: Analista de Sistemas (Cursando) , Técnico em Informática

Atua no Centro de Inclusão Digital de Bacabal

ATUALIDADES - Prof. Almeida Júnior

Formação: Geografia - UFPI

Mestre em Gestão Educacional, Proprietário do Curso TESE 1000

Atua no Colégio Reis Magos e Rede Estadual de Ensino

Informações e inscrições: Whatsapp: (99) 98163-7827

Rua Osvaldo Cruz, 1129 (Centro Prédio da FACAM) Bacabal - MA

Edivaldo anuncia inauguração do Museu da Gastronomia

Por Zeca Soares • domingo, 09 de junho de 2019

Em pleno período de festa junina, São Luís terá um atrativo a mais à população e um incremento ao turismo. O prefeito Edivaldo Holanda Junior vai inaugurar neste mês o Museu da Gastronomia do Maranhão, um presente especial para a cidade, em um local privilegiado do Centro Histórico, na esquina da Rua da Estrela com a Rua de Nazaré. A culinária maranhense agora terá o seu espaço de valorização e reconhecimento o ano todo, instalado no coração da área de influência do comércio e da sede dos poderes Municipal, Executivo e Judiciário. Trata-se de um projeto estratégico de Edivaldo para o desenvolvimento da cidade.

O Museu da Gastronomia é parte de um conjunto de obras que vêm sendo executadas pela gestão Edivaldo em parceria com o Iphan como o Complexo Deodoro e da Praça Dom Pedro II, entregues em dezembro passado, além da Rua Grande, em andamento, bem como os casarões da Rua da Palma, destinados a habitação social e requalificação da área central da cidade. Destaque ainda para a Feirinha São Luís, uma iniciativa de sucesso que tem incentivado o empreendedorismo e valorizado a cultura e a culinária regional.

Na visão do prefeito Edivaldo, publicado em artigo neste fim de semana, os investimentos no potencial gastronômico da cidade são uma forma de impulsionar o turismo, proporcionando experiências únicas aos visitantes, fazendo-os emergir na cultural local também por meio da culinária. É o tipo de atrativo que independe de alta temporada, podendo ser explorado o ano todo, e que é um nicho de mercado em ascensão.

Além do Museu da Gastronomia, Edivaldo mantém outro projeto estratégico para valorizar a culinária maranhense: cursos de capacitação no setor. Um exemplo disto é o que ocorre no bairro Desterro, cujo público-alvo são moradoras atendidas pela Casa do Bairro, equipamento municipal. A capacitação dá prosseguimento às ações de fomento ao empreendedorismo no setor, uma das diretrizes da gestão de Edivaldo. É o prefeito fazendo a sua parte.

Foto: Divulgação / Prefeitura de São Luís

Procon/MA e TJMA assinam acordo para garantir maior celeridade processual e pleno acesso à justiça aos consumidores

Nesta segunda-feira (10), o Instituto de Proteção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon/MA) e o Tribunal de Justiça do Maranhão assinaram Termo de Cooperação Técnica para dar mais agilidade aos processos de mediação de conflitos entre consumidores e fornecedores.

O acordo vai possibilitar ao consumidor que formalizou sua reclamação no Procon/MA, mas não obteve êxito na solução do conflito, o encaminhamento direto ao Poder Judiciário para uma decisão do juiz. Nos casos em que houver acordo, o termo será homologado, também, pelo Poder Judiciário e tornará um título executivo judicial. Podendo o consumidor ter o acompanhamento de um advogado, assim como já acontece nos juizados especiais.

Antes, as audiências de conciliação que não tinham acordo iriam para multa arbitrada pelo Procon/MA, e o consumidor tinha que buscar outro amparo, dessa vez no judiciário, iniciando um novo processo. A partir do acordo assinado hoje, o consumidor já sairá do Procon/MA direto para a Justiça.

A presidente do Procon/MA, Karen Barros, afirmou que o acordo é histórico e garante aos cidadãos mais facilidade de acesso à Justiça e maior celeridade na solução de conflitos entre consumidores e fornecedores. “É uma importante união de forças entre Legislativo, Executivo e Judiciário visando a garantia de direitos a todos os maranhenses”.

O presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, também ressaltou a importância do acordo. “Sem dúvida, um importante acordo, que aproxima muito mais o Judiciário dos consumidores maranhenses”.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a união dos poderes é fundamental para a garantia de direitos. “Quando as instituições se unem, quem mais ganha é o cidadão, com certeza”.

Família perde bebê por demora na transferência hospitalar e promete acionar a Justiça em São Luís

Mesmo com uma decisão judicial, Ravi Gaspar morreu em São Luís antes de ser transferido para fazer uma cirurgia de urgência em um hospital de São Paulo.

Uma família em São Luís promete acionar a Justiça após a morte do bebê Ravi Gaspar. Ele nasceu com desenvolvimento incompleto do lado esquerdo do coração e precisava com urgência ser transferido e realizar uma cirurgia em um hospital especializado em São Paulo, mas continuava internado no Hospital Materno Infantil, em São Luís.

A família entrou com uma ação na Justiça e conseguiu uma liminar para a transferência, mas a decisão não foi cumprida pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). Após dias de agonia, Ravi não resistiu e morreu de parada cardiorrespiratória na madrugada desta sexta-feira (7).

O corpo de Ravi foi velado na casa da família, no bairro do Sá Viana. O enterro foi marcado para as 9h de sábado (8) no cemitério do Residencial Paraíso, em São Luís.

“Logo pela manhã a gente recebe uma notícia dessa. A gente estava com muita esperança e aguardando ligação dizendo que meu sobrinho seria transferido. Estava todo mundo já organizado pra isso”, disse a tia de Ravi, Priscila Gaspar.

Atualmente, vários pacientes no Maranhão esperam o cumprimento de decisões judiciais para continuarem tratamentos de saúde. Apenas em 2019, 492 processos judiciais tramitam para contra a SES. Os pedidos mais comuns são medicamentos e internações, o que inclui transferências.

“As questões chegam com pedido de urgência e são tratadas com esse viés e observado o preenchimento das condições, é determinado de imediato o cumprimento da obrigação para satisfação desse direito. É necessário que nós possamos buscar a melhor forma de atendimento dentro de recursos possíveis”, disse o juiz Alexandre Abreu.

Sobre a morte de Ravi, a Secretaria de Estado da Saúde disse que assegurou a transferência, inclusive com a disponibilidade de uma UTI aérea, mas informou que o caso ainda estava sendo analisado pelo hospital do coração de São Paulo.

Já a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís informou que, após a decisão judicial, buscou meios que pudessem viabilizar a transferência do Ravi para São Paulo.

Projeto de reforma da previdência é discutido em audiência na ALEMA

Audiência Pública recebeu o presidente da Comissão que analisa a proposta do Governo Federal em Brasília, além de diversos setores que podem ser afetados pela reforma.

Por G1 MA — São Luís

A Assembleia Legislativa do Maranhão realizou nesta segunda-feira (10) uma audiência pública que debateu o projeto de reforma da Previdência, em discussão no Congresso Nacional. O que foi discutido será transformado em um relatório que pode servir para nortear possíveis mudanças no texto final da reforma que será apresentado em Brasília.

Na audiência, esteve presente o presidente da Comissão Especial que analisa a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), além de deputados estaduais, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, sindicalistas, representantes de entidades e segmentos da sociedade maranhense.

“Não há como se evitar a discussão deste tema e esta Casa realiza este seminário, sob a forma de audiência pública, exatamente para ouvir a sociedade e, também, para que possamos externar nossas posições (...). Uma coisa essencial é assegurar o caráter compensatório da Previdência, que não pode deixar de atender aqueles que mais precisam. Daí a importância deste debate, para que a Previdência seja reformada e não destruída”, declarou o deputado Othelino Neto (PCdoB).

Em seu discurso, o presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), disse que há um saldo negativo nas contas públicas provocado pelo desequilíbrio no pagamento das aposentadorias. Mas, na avaliação do deputado, o governo também precisa ser mais claro sobre os objetivos das alterações no sistema previdenciário.

“É preciso dizer a verdade: que a Previdência tem deficit, sim. Não é verdade que a Previdência não tem deficit. Falta dizer que não é verdade que a reforma é só para combater privilégios. Ela é para fazer ajuste fiscal, ela pede sacrifícios de pessoas de renda média e baixa. Mas ela é necessária para gerar empregos a quem não tem renda nenhuma”, ressaltou.

O presidente da Comissão considera que a remoção de alguns temas controversos não implicará em prejuízo aos resultados da reforma, como o caso da aposentadoria especial para professores, aposentadoria rural e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“Com a atualização que o governo fez de que a economia prevista com a reforma é de R\$ 1,2 trilhão. Se você tirar o BPC, o rural e os professores, nós ainda seremos uma economia na ordem de R\$ 1,1 trilhão. O que demonstra que é possível fazer uma reforma protegendo as pessoas mais pobres sem perder a potência fiscal”,

disse o deputado.

A Associação dos pescadores do Maranhão criticou o aumento da contribuição mínima em aposentadorias especiais, como é o caso de quem vive da pesca. Já o sindicato dos professores cobrou que a reforma trate o professor de forma diferenciada de outros profissionais por conta de desgaste da profissão.

Juízes e promotores defenderam que a sociedade deixe de culpar supostos privilégios no sistema de aposentadoria deles pelo rombo na previdência. Eles disseram que, no Maranhão, essas categorias contribuem mais do que os inativos recebem.

Outro tema muito debatido foi a participação de estados e municípios nos termos da reforma. Da forma como está o projeto, segundo o governo federal, o Maranhão, poderia economizar em R\$ 6,4 bilhões em 10 anos se estivesse dentro da reforma.

MEMBROS DO JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENTIDADES DE CLASSE DESTACAM A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA SOBRE A PREVIDÊNCIA

Membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados e representantes de entidades de classe avaliaram de forma positiva a audiência pública sobre a Reforma da Previdência, realizada nesta segunda-feira (10), no auditório Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa do Maranhão.

O evento foi proposto pelo presidente Othelino Neto (PC do B), por meio de requerimentos dos deputados federais Bira do Pindaré (PSB-MA) e Juscelino Filho (DEM) e reuniu parlamentares e vários representantes de entidades civis organizadas.

Presente ao evento, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio José Sousa Bomfim, parabenizou a Assembleia Legislativa do Maranhão pela iniciativa e também os representantes da Câmara Federal que compareceram à audiência. Ele afirmou que a Previdência é importante porque é patrimônio da sociedade brasileira e que a reforma precisa atender aos anseios da população.

“A PEC visa alterar tanto o regime geral quanto o regime próprio de Previdência Social. Logo, há muito o que se discutir porque, nos últimos 24 anos, nós já tivemos seis reformas da Previdência. Então, quem garante que a PEC que foi proposta no início desse ano já não concretiza propostas e anseios da população brasileira que podem resolver o alegado déficit?”, disse Tarcísio.

Ele explica que é necessário haver uma discussão profunda por todos os segmentos da sociedade e, com isso, se houver realmente necessidade, promove-se uma reforma da Previdência que atenda aos anseios da sociedade.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Santos, afirmou que a reforma é necessária, mas não nos termos em que ela está sendo colocada pelo governo federal. “Nós temos que enfrentar, principalmente, a questão da desconstitucionalização, ou seja, de tirar a previdência do texto constitucional. É um problema muito grande porque tira, inclusive, a importância do parlamento na amplitude dessa discussão e de outros temas que nós temos que enfrentar, como o Benefício Continuado, o trabalhador rural e as alíquotas excessivas. São pontos que merecem uma discussão ampliada e um ajuste”, acentuou Ângelo Santos.

O vice-presidente da Federação da Indústria (Fiema), Cláudio Azevedo, entende ser importante trazer para a população e para o Legislativo Estadual a discussão da Reforma da Previdência. Disse que é muito importante para o Brasil retomar os investimentos e o crescimento também.

“O Brasil está parado. No setor da indústria, por exemplo, nós tivemos nesses últimos três anos, o fechamento de quase 14 mil indústrias no Brasil. Muitas delas fechando por dificuldades financeiras. Muitas, também, transferindo-se para outros países, como o Chile, justamente pela carga tributária ser menor em outros países. Assim, é muito importante que se faça a reforma da Previdência, pois o país já não aguenta mais a falta de

dinheiro para tudo, saúde, estradas, educação, entre outros. Faz-se necessária uma mobilização da classe política e dos empresários, no sentido de apoiar a reforma”.

AVALIAÇÕES

O jornalista Ed Wilson, representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias no Maranhão, enfatizou que a reforma da Previdência vem sendo pautada pelos meios de comunicação convencionais como algo que vai retirar privilégios, que vai atacar os setores mais sofisticados da sociedade, quando, na verdade, a reforma é um projeto, não só no Brasil, mas do sistema financeiro internacional.

“A reforma já aconteceu no Chile e está em pauta no Brasil, visando, fundamentalmente, atender aos interesses dos bancos. O objetivo é desmontar o sistema de seguridade social, que é mais complexo do que a Previdência. Então, dentro de uma lógica de privatizações do setor público, a proposta do governo visa privatizar o sistema público de Previdência, desmontar o INSS , desmontar o sistema de seguridade social e entregar a aposentadoria que tem um modelo solidário”, destacou Ed Wilson.

O presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão, Eloy Natan da Silva Nascimento, afirmou que eventos como a audiência realizada pela Assembleia são importantes porque a PEC, se aprovada, vai interferir na vida de milhares de pessoas.

“Eventos como esses precisam ser bem discutidos com a sociedade. É preciso, também, aproveitar esses espaços já que, em geral, a grande mídia passa apenas para um lado. Então, é muito importante audiência como essa, que apresenta outro viés dessa discussão. O Sindicato dos Bancários faz oposição à Reforma da Previdência e acreditamos que há outras formas de retomar o crescimento do país, que não seja atacando política pública tão importante como a Previdência. Mas, sim, buscando alternativas para a geração de empregos”, afirmou.

Termina greve de professores na cidade de Paço do Lumiar

O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

DIVULGAÇÃO/TJ-MA

PAÇO DO LUMIAR - O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau, conseguiu intermediar um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores no município, deflagrada no dia 27 de março. O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato. A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador. A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

Acordo

Em sessão conduzida pelos conciliadores Hildacy de Fátima Paixão (secretária do Cejusc de 2º Grau) e Filon de Carvalho Neto, o acordo foi oficialmente celebrado entre o Município de Paço do Lumiar, representado no ato pelo procurador-geral Adjunto, Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, e pelo secretário municipal de Educação, Paulo Roberto Barroso Soares; o Sinproesemma, representado por Jori Iviary Souza dos Santos Oliveira, acompanhada do advogado Leverriher Alencar de Oliveira Júnior.

Pelo acordo, o Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10

minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e 40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato.

Como funciona a conciliação

Qualquer processo que se encontre no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento da apelação, independentemente da data de sua chegada, poderá ser objeto dessa sessão conciliatória, desde que envolva direito disponível, partes capazes e tenha havido citação pessoal na primeira instância. Os desembargadores também podem enviar ao Cejusc de 2º Grau relação de processos passíveis de conciliação.

As sessões são presididas por conciliadores nomeados pelo Tribunal de Justiça, devidamente capacitados para mediação e conciliação de conflitos.

Para agendar uma sessão no Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de 2º Grau ou em qualquer outro instalado no Estado, basta ligar, gratuitamente, para o Telejudiciário (0800-7071581) ou acessar o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), no banner "Conciliação", por meio do sistema Attende.

O Centro de Conciliação e Mediação de 2º Grau está instalado no prédio-sede do TJ-MA (Praça Pedro II, Centro), no piso térreo.

Inscrições para Casamento Comunitário será no dia 15, em São Luís

Inscrições, sob responsabilidade do CGJ-MA, acontecem na UFMA e o evento será realizado no dia 9 de novembro

09/06/2019 às 00h00

Inscrições para Casamento Comunitário será no dia 15, em São Luís

No dia 15, próximo sábado, a partir das 8h, a Corregedoria Geral da Justiça - CGJ-MA inscreverá casais residentes em São Luís, interessados em participar do Casamento Comunitário da Capital, a ser realizado no dia 9 de novembro. Os noivos deverão comparecer munidos da documentação exigida para o ato e com duas testemunhas para a efetivação das inscrições, que serão realizadas no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, na Cidade Universitária da UFMA, localizada Av. dos Portugueses, 1.966 - Vila Bacanga.

Todos os atos relacionados ao Casamento Comunitário de São Luís são gratuitos. Para se inscrever os noivos devem apresentar original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

Segundo informações da Coordenadoria das Serventias da CGJ-MA, somente poderão se inscrever os casais que moram em São Luís e que apresentem a documentação obrigatória completa, sob pena de inviabilizar o processo legal de habilitação que tramitará junto aos cartórios da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª zonas de São Luís e a participação do casal no projeto.

O coordenador Rafael Ribeiro alerta que os casais devem providenciar toda a documentação exigida antes da data da inscrição, para facilitar e agilizar o atendimento no local, de modo a não impedir a participação dos casais interessados. "Não será aceito o agendamento de nova data para a apresentação de documentação pendente em data posterior à data de inscrição", avisa.

A cerimônia será celebrada no dia 9 de novembro por dezenas de juízes de Direito convidados de várias comarcas do Estado, no Centro de Convenções da UFMA, a partir das 16h. No último casamento comunitário promovido pela CGJ-MA, em 2018, 1013 casais participaram da solenidade, realizada no dia 22 de setembro, em solenidade que marcou os 20 anos do projeto. O desembargador Jorge Rachid, criador dos Casamentos Comunitários, foi homenageado na ocasião.

PROJETO - Realizado desde 1998 em todo o Maranhão pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, os Casamentos Comunitários já oficializaram a união civil de mais de 120 mil casais maranhenses. O maior casamento do Estado aconteceu em 13 de junho de 2001, na Praça Maria Aragão, com a celebração de cinco mil

casamentos e a participação de quase 200 magistrados.

Inscrições para Casamento Comunitário será no dia 15, em São Luís

Inscrições, sob responsabilidade do CGJ-MA, acontecem na UFMA e o evento será realizado no dia 9 de novembro

No dia 15, próximo sábado, a partir das 8h, a Corregedoria Geral da Justiça - CGJ-MA inscreverá casais residentes em São Luís, interessados em participar do Casamento Comunitário da Capital, a ser realizado no dia 9 de novembro. Os noivos deverão comparecer munidos da documentação exigida para o ato e com duas testemunhas para a efetivação das inscrições, que serão realizadas no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, na Cidade Universitária da UFMA, localizada Av. dos Portugueses, 1.966 - Vila Bacanga.

Todos os atos relacionados ao Casamento Comunitário de São Luís são gratuitos. Para se inscrever os noivos devem apresentar original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

Segundo informações da Coordenadoria das Serventias da CGJ-MA, somente poderão se inscrever os casais que moram em São Luís e que apresentem a documentação obrigatória completa, sob pena de inviabilizar o processo legal de habilitação que tramitará junto aos cartórios da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª zonas de São Luís e a participação do casal no projeto.

O coordenador Rafael Ribeiro alerta que os casais devem providenciar toda a documentação exigida antes da data da inscrição, para facilitar e agilizar o atendimento no local, de modo a não impedir a participação dos casais interessados. "Não será aceito o agendamento de nova data para a apresentação de documentação pendente em data posterior à data de inscrição", avisa.

A cerimônia será celebrada no dia 9 de novembro por dezenas de juízes de Direito convidados de várias comarcas do Estado, no Centro de Convenções da UFMA, a partir das 16h. No último casamento comunitário promovido pela CGJ-MA, em 2018, 1013 casais participaram da solenidade, realizada no dia 22 de setembro, em solenidade que marcou os 20 anos do projeto. O desembargador Jorge Rachid, criador dos Casamentos Comunitários, foi homenageado na ocasião.

PROJETO - Realizado desde 1998 em todo o Maranhão pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, os Casamentos Comunitários já oficializaram a união civil de mais de 120 mil casais maranhenses. O maior casamento do Estado aconteceu em 13 de junho de 2001, na Praça Maria Aragão, com a celebração de cinco mil casamentos e a participação de quase 200 magistrados.

Encontro Municipal Lixo Zero acontece nesta segunda-feira (10)

Ação é parte da programação em alusão ao mês do Meio Ambiente e tem como objetivo discutir ações que fortaleçam e incentivem práticas sustentáveis na capital

A Prefeitura de São Luís, por meio do Comitê Gestor de Limpeza Urbana, em parceria com o Instituto Lixo Zero Brasil, realizam na segunda-feira, dia 10, o II Encontro Municipal Lixo Zero São Luís. Objetivo do evento é discutir ações que fortaleçam e incentivem práticas sustentáveis na capital, diminuindo a geração de resíduos sólidos, incentivando a reciclagem e garantindo a preservação do meio ambiente. O evento ocorre das 8h às 18h, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Maranhão (Jaracati), e faz parte das ações em alusão ao mês do Meio Ambiente. Entre os destaques do encontro está a profissionalização da gestão de resíduos sólidos em São Luís.

Segundo a presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana, Carolina Moraes Estrela, o evento tem o objetivo de agregar pessoas, projetos e organizações que são exemplo, possuem influência e trabalhos realizados na área de gestão e manejo de resíduos sólidos. "Por meio do encontro a Prefeitura quer planejar e propagar ideias e ações que promovam a educação e conscientização ambiental, a redução e o reuso de materiais, a reciclagem, a compostagem e agricultura urbana, o desenvolvimento local sustentável e tendências que fortaleçam um novo modelo de convivência, mais justo e solidário", destaca.

O evento será positivo e contará em sua programação com a apresentação de boas práticas já em execução tanto pelo poder público, nas suas variadas esferas, quanto pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada que incentivem a sustentabilidade. Os painelistas convidados irão apresentar o que têm feito em sua vida, comunidade, empresa ou instituição, seguindo o conceito Lixo Zero.

GESTÃO PROFISSIONAL DE RESÍDUOS

Entre as palestras de destaque do II Encontro Municipal Lixo Zero está 'A Profissionalização da Gestão de Resíduos Sólidos em São Luís'. A apresentação será feita pela presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Luís, Carolina Moraes Estrela, que irá falar sobre as políticas implantadas na área ao longo das duas gestões do prefeito Edivaldo à frente da administração municipal, que teve como marco o enfrentamento do desafio de desativar o Aterro da Ribeira, lixão a céu aberto que não suportava mais o recebimento dos resíduos sólidos coletados em São Luís, causando uma série de problemas para a cidade.

Desde a desativação do Aterro da Ribeira, São Luís tem se destacado entre as capitais que atendem às metas estipuladas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e já implantou políticas efetivas de coleta seletiva e reciclagem com a implantação dos Ecopontos, modernizou sua legislação municipal, criando o Sistema de Limpeza Urbana de São Luís, investiu em novas tecnologias para melhorar a prestação do serviço, além de apoiar e equipar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de São Luís, promovendo a geração de emprego, renda e fortalecendo a economia circular a partir de políticas de limpeza urbana.

PROGRAMAÇÃO

A programação do II Encontro Municipal Lixo Zero conta ainda com a apresentação de experiências exitosas de práticas como a do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e de uma empresa promotora de eventos que tem adotado práticas sustentáveis.

No âmbito acadêmico, serão debatidos os desafios da gestão de resíduos sólidos em ambientes aquáticos e praias na Ilha de São Luís, o descarte correto e consciente de medicamentos, além de ser apresentada uma experiência de compostagem desenvolvida pela Universidade Ceuma.

SAIBA MAIS

CONCEITO LIXO ZERO

O objetivo do Instituto Lixo Zero Brasil é difundir o conceito pelo Brasil e o fórum é uma ferramenta para mostrar à sociedade grandes exemplos de que essa mudança é possível. Pessoas, empresas, instituições que mudaram seu comportamento em relação aos resíduos, assumiram uma responsabilidade frente a este problema ao qual o mundo todo passa.

Lixo Zero é uma meta ética, econômica, eficiente e visionária para guiar as pessoas a mudar seus modos de vidas e práticas de forma a incentivar os ciclos naturais sustentáveis, onde todos os materiais residuais são projetados permitindo seu uso no pós-consumo. "Lixo Zero significa projeto de produto e gerenciamento de processos para evitar e eliminar sistematicamente o volume e a toxicidade dos resíduos e materiais, conservar e recuperar todos os recursos e não aterrar ou incinerá-los. Ao implementar o Lixo Zero, todos os descartes para a terra, água e ar são evitados, o que são uma ameaça à saúde do planeta e dos seres vivos", informa Carolina Moraes Estrela.

Greve de professores em Paço do Lumiar chega ao fim após acordo na Justiça

O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7)

Fonte: CGJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau, conseguiu intermediar um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores no Município, deflagrada no dia 27 de março. O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo Município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato. A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador. A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

ACORDO

Em sessão conduzida pelos conciliadores Hildacy de Fátima Paixão (secretária do Cejusc de 2º Grau) e Filon de Carvalho Neto, o acordo foi oficialmente celebrado entre o Município de Paço do Lumiar, representado no ato pelo procurador-geral Adjunto, Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, e pelo secretário municipal de Educação, Paulo Roberto Barroso Soares; o Sinproesemma, representado por Jori Iviary Souza dos Santos Oliveira, acompanhada do advogado Leverriher Alencar de Oliveira Júnior.

Pelo acordo, o Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10 minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e 40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato.

COMO FUNCIONA A CONCILIAÇÃO

Qualquer processo que se encontre no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento da apelação, independentemente da data de sua chegada, poderá ser objeto dessa sessão conciliatória, desde que envolva direito disponível, partes capazes e tenha havido citação pessoal na primeira instância. Os desembargadores também podem enviar ao Cejusc de 2º Grau relação de processos passíveis de conciliação.

As sessões são presididas por conciliadores nomeados pelo Tribunal de Justiça, devidamente capacitados para mediação e conciliação de conflitos.

Para agendar uma sessão no Centro de Conciliação e Mediação da Justiça de 2º Grau ou em qualquer outro instalado no Estado, basta ligar, gratuitamente, para o Telejudiciário (0800-7071581) ou acessar o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), no banner "Conciliação", por meio do sistema Attende.

O Centro de Conciliação e Mediação de 2º Grau está instalado no prédio-sede do TJMA (Praça Pedro II, Centro), no piso térreo.

Procon e TJMA assinam acordo para garantir maior celeridade processual e pleno acesso à justiça aos consumidores

Antes, as audiências de conciliação que não tinham acordo iriam para multa arbitrada pelo Procon, e o consumidor tinha que buscar outro amparo

Da redação: Jornal Pequeno

Nesta segunda-feira (10), o Instituto de Proteção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon) e o Tribunal de Justiça do Maranhão assinaram Termo de Cooperação Técnica para dar mais agilidade aos processos de mediação de conflitos entre consumidores e fornecedores.

O acordo vai possibilitar ao consumidor que formalizou sua reclamação no Procon, mas não obteve êxito na solução do conflito, o encaminhamento direto ao Poder Judiciário para uma decisão do juiz. Nos casos em que houver acordo, o termo será homologado, também, pelo Poder Judiciário e tornará um título executivo judicial. Podendo o consumidor ter o acompanhamento de um advogado, assim como já acontece nos juizados especiais.

Antes, as audiências de conciliação que não tinham acordo iriam para multa arbitrada pelo Procon, e o consumidor tinha que buscar outro amparo, dessa vez no judiciário, iniciando um novo processo. A partir do acordo assinado hoje, o consumidor já sairá do Procon direto para a Justiça.

Greve de professores em Paço do Lumiar chega ao fim após acordo na Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau, conseguiu intermediar um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores no Município, deflagrada no dia 27 de março. O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo Município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato. A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador.

A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

ACORDO

Em sessão conduzida pelos conciliadores Hildacy de Fátima Paixão (secretária do Cejusc de 2º Grau) e Filon de Carvalho Neto, o acordo foi oficialmente celebrado entre o Município de Paço do Lumiar, representado no ato pelo procurador-geral Adjunto, Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, e pelo secretário municipal de Educação, Paulo Roberto Barroso Soares; o Sinproesemma, representado por Jori Iviary Souza dos Santos Oliveira, acompanhada do advogado Leverriher Alencar de Oliveira Júnior.

Pelo acordo, o Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10 minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e 40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato. Do Tribunal de Justiça.

Prisão preventiva de vereadores é prorrogada por mais 5 dias

A pedido do Ministério Público, a Justiça decidiu prorrogar por mais 5 dias a prisão de vereadores da cidade de Vitória do Mearim. O pedido foi deferido pelo Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim neste domingo (09).

Eles foram presos na última quarta-feira (05), por suspeita de pedido propina para barrar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a gestora do município, Dídima Coelho.

Foram alvos das medidas cautelares de busca e apreensão em suas residências e de prisão temporária os vereadores Hélio Wagner Rodrigues Silva, Oziel Gomes da Silva, Mauro Rogério Pires, José Mourão Martins e Benoa Marcos Rodrigues Pacheco. Este último saiu no mesmo dia, por motivos de doenças, e Marcelo Silva Brito foi preso no dia seguinte à primeira operação.

Todos continuam presos e, em relação aos vereadores George Maciel da Paz e Raimundo Nonato Costa da Silva, foram cumpridos apenas mandados de busca e apreensão. Outros vereadores estão sendo ouvidos como testemunhas no caso que investiga cobrança de propinas, gravados pelo chefe de Gabinete da prefeita, Almir Coelho.

Eles são acusados de pedir ao marido da prefeita R\$ 320 mil parcelado em duas vezes, garantindo a maioria dos votos contra a CPI. O vereador Benoa, teria pedido R\$ 100 mil, mas está solto.

VÍDEO EM <https://youtu.be/f4Hw650Ibj8>

Segue julgamento de policiais acusados por morte de serralheiro

Acontece desde a manhã desta segunda-feira (10), no Fórum Desembargador Sarney Costa, o julgamento dos dois policiais militares Dauvane Sousa Silva e Helinilson Pereira Borges. Eles são acusados da morte do serralheiro Flávio da Conceição, na cidade de Imperatriz, crime que ocorreu em 2012.

VÍDEO EM <https://youtu.be/baJqWZooGRc>

Professores fazem acordo na Justiça para encerrar greve no município de Paço do Lumiar

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau do Tribunal de Justiça intermediou um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores no Município, deflagrada no dia 27 de março. O resultado é fruto de audiência de conciliação realizada na última sexta-feira (7).

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo Município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato. A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador. A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

Acordo - Em sessão conduzida pelos conciliadores Hildacy de Fátima Paixão (secretária do Cejusc de 2º Grau) e Filon de Carvalho Neto, o acordo foi oficialmente celebrado entre o Município de Paço do Lumiar, representado no ato pelo procurador-geral Adjunto, Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, e pelo secretário municipal de Educação, Paulo Roberto Barroso Soares; o Sinproesemma, representado por Jori Iviary Souza dos Santos Oliveira, acompanhada do advogado Leverriher Alencar de Oliveira Júnior.

Pelo acordo, o Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10 minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e 40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato.

Tribunal de Justiça suspende expediente em dias de jogos da Seleção Feminina de Futebol

por Aquiles Emir - 10 de junho de 2019

O Poder Judiciário do Maranhão terá horário de funcionamento modificado nos próximos dois jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol Feminino, que está sendo realizada na França. A medida do presidente do TJMA, Joaquim Figueiredo, leva em conta medidas semelhantes adotadas na Copa do Mundo de Futebol Masculina da Rússia em 2018, bem como iniciativas e medidas institucionais que fomentam a igualdade de gênero.

A Seleção Brasileira de futebol feminino fará três jogos na primeira fase da competição. No primeiro, domingo (09), não foi necessária a aplicação da resolução, por não haver expediente nesse dia. Nas próximas partidas, porém, vai haver mudanças.

Quinta-feira (13), contra a Austrália, a partida está marcada para começar às 13h, portanto haverá suspensão do expediente por duas horas. Já na terça-feira (18), contra a Itália, o jogo ocorrerá às 16h, sendo então o expediente suspenso às 15h.

Tamires e Cristiane. Brasil x Jamaica “Copa do Mundo Feminina 2019

Decisão - Ao submeter a proposta de resolução em sessão plenária administrativa de quarta-feira (5), o presidente do TJMA destacou o fortalecimento do empoderamento feminino com a sua participação, cada vez maior, em diversas modalidades esportivas e, em especial, nos jogos da Copa do Mundo de Futebol Feminino, buscando reduzir a distância entre os gêneros e o aumento do fortalecimento dos direitos femininos no país.

A resolução aprovada estabelece, em seu artigo 1º, que o horário de funcionamento do Poder Judiciário na primeira fase dos jogos da Seleção Brasileira terá um intervalo de duas horas - durante o jogo -, quando a partida iniciar antes das 16 horas, retornando normalmente o expediente depois desse intervalo. Quando o jogo iniciar a partir de 16h, haverá suspensão do expediente às 15h.

O parágrafo único desse artigo informa que os prazos processuais que vencerem nos dias em que houver a suspensão do expediente ficam prorrogados para o primeiro dia útil. As horas não trabalhadas em razão dos jogos serão compensadas à razão de uma hora por dia.

O plantão judiciário de 1º e 2º graus funcionará em seu horário normal e os telefones estarão disponíveis no site do Poder Judiciário estadual.

Assembleia Legislativa realiza nesta segunda-feira audiência sobre reforma da Previdência

por Aquiles Emir - 10 de junho de 2019

A Assembleia Legislativa do Maranhão realiza, nesta segunda-feira (10), no auditório Fernando Falcão, audiência pública sobre a Reforma da Previdência, evento proposto pelo presidente da Casa, Othelino Neto (PC do B), e pelos deputados federais Bira do Pindaré (PSB) e Juscelino Filho (DEM), este último, presidente da Subcomissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

A audiência pública contará com a presença do presidente da Comissão Especial que analisa a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), além de deputados federais e estaduais, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados, defensores públicos, autoridades e representantes de entidades civis de classe.

Durante a audiência, serão debatidos os pontos mais polêmicos da Proposta de Emenda à Constituição 6/19, que pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios).

Caso a PEC seja aprovada, a idade mínima para a aposentaria será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

Atualmente, a proposta encontra-se na fase de análise das emendas apresentadas. Ao todo, o relator deverá analisar 277 sugestões, com expectativa de conclusão do parecer sobre o mérito da proposta até o dia 15 de junho.

Juízes punidos com aposentadoria por venda de sentença e desvios receberam R\$ 10 mi em 6 meses

Conselho Nacional de Justiça puniu juízes, desembargadores e até um ministro do STJ, desde 2008, com pena máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura: magistrados foram afastados do cargo com rendimentos brutos integrais e ajustados ao tempo de serviço

Julia Affonso

Aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 47 magistrados tiveram um rendimento bruto de cerca de R\$ 10 milhões em 6 meses. Os juízes e desembargadores e até um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) perderam os cargos entre 2008 e 2018 por venda de sentença, desvio de recurso, tráfico de influência, conduta negligente e outras faltas disciplinares.

As informações foram obtidas pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação e também pelos portais da Transparência do CNJ, dos Tribunais de Justiça e do Estado da Paraíba.

O CNJ foi criado por Emenda Constitucional em 2004 e instalado no ano seguinte. Até abril deste ano, o Conselho havia julgado 57 casos envolvendo juízes - alguns foram punidos mais de uma vez.

A Lei Orgânica da Magistratura (Loman), de 1979, prevê a aposentadoria compulsória como a mais grave das penas disciplinares a um juiz vitalício - advertência, censura, remoção compulsória e disponibilidade. Após a punição, os magistrados mantêm os salários ajustados ao tempo de serviço.

Aposentadorias brutas

Entre novembro do ano passado e abril deste ano, magistrados aposentados compulsoriamente chegaram a ter rendimentos brutos que ultrapassam os R\$ 100 mil.

Suspeito de participar de esquema que teria desviado R\$ 70 milhões dos cofres públicos de Rondônia, o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado Sebastião Teixeira Chaves recebeu o valor mais alto da lista e levou uma aposentadoria bruta de R\$ 415.972,81 em seis meses. Os valores variaram entre R\$ 33.518,22 e R\$ 88.232,41.

Dois ex-desembargadores, um do Tribunal Regional do Trabalho da 14.^a Região (TRT-14) e outro do Tribunal Regional do Trabalho da 3.^a Região (TRT-3), receberam R\$ 120.927,78 e R\$ 109.481,56 respectivamente.

O magistrado ligado ao TRT-14 foi punido em 2017. De acordo com o CNJ, o desembargador, então corregedor do Tribunal, deslocou uma ação trabalhista do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (Sintero) contra a União da 2.^a para a 7.^a Vara para manter o controle da ação de mais de R\$ 5 bilhões e 'satisfazer interesse pessoal'.

A aposentadoria bruta do desembargador alcançou R\$ 293.455,31 entre novembro de 2018 e abril deste ano.

Os valores variaram de R\$ 30.605,18 a R\$ 120.927,78.

Em 2011, o CNJ puniu o desembargador do TRT-3. O magistrado foi acusado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 3.^a Região de atuar em benefício de um escritório de advocacia que atuava perante o tribunal e, em troca, morar em um apartamento de luxo pagando R\$ 200 de aluguel.

O desembargador recebeu uma aposentadoria bruta de R\$ 293.331,28 em seis meses. O rendimento mensal mínimo alcançou R\$ 35.787,92.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, um juiz se torna vitalício após dois anos no cargo e apenas perde o posto por sentença judicial transitada em julgado. A aposentadoria compulsória pode ser aplicada pelo Tribunal de atuação do magistrado ou pelo próprio órgão.

O CNJ informa que o juiz pode ser aposentado compulsoriamente por 'desídia com deveres do cargo, conduta imprópria ao decoro da função (na vida pública ou privada) e trabalho insuficiente'. Atraso excessivo em decisões e despachos, parcialidade e tráfico de influência também podem ocasionar faltas funcionais.

"A aposentadoria libera-o para qualquer função. O aposentado, porém, deve esperar três anos antes de advogar no juízo ou tribunal onde atuava. Ser excluído do quadro por sanção impede o juiz de ocupar função de confiança ou cargo de comissão no Judiciário", afirma o Conselho em seu site.

"A condenação pode levar, ainda, à declaração de inidoneidade pela Ordem dos Advogados do Brasil, o que veda inscrição como advogado. O condenado fica também inelegível por oito anos. Mesmo a condenação à pena máxima não obsta a investigação de condutas não apuradas no procedimento. Caso se tratem de fatos distintos, o magistrado pode, inclusive, voltar a receber a mesma sanção."

Na lista de aposentados compulsoriamente pelo CNJ até abril, dois magistrados haviam sido punidos três vezes. Um juiz do Maranhão foi considerado culpado em um procedimento que apurava por negligência em um pedido de indenização e outros dois por omissão e parcialidade no julgamento de processos contra empresas de grande porte.

Em seis meses, o magistrado recebeu um rendimento bruto de R\$ 198,6 mil. O maior valor foi depositado em janeiro, R\$ 34,5 mil.

Entre 2012 e 2015, um desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) também foi punido três vezes. O magistrado foi alvo de apuração por receber cópias de documentos sigilosos de inquérito do STJ e repassar a advogados, em vez de encaminhar o caso aos órgãos competentes para apurar o vazamento do material, por determinar urgência no pagamento de um precatório devido à empresa Parque dos Alpes em troca de vantagens financeiras e por participação em esquema de venda de decisões judiciais.

A aposentadoria bruta do desembargador alcançou R\$ 258.498,15 em seis meses. Em novembro do ano passado, o magistrado recebeu R\$ 67,5 mil.

CONTINUE

LENDO

EM <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juizes-punidos-com-aposentadoria-por-venda-de-sentenc-a-e-desvios-receberam-r-10-mi-em-6-meses/>

JURISTAS AFIRMAM QUE A JUSTIÇA TEM O DEVER MORAL E JURÍDICO DE MANDAR AFASTAR PORTELA DA SSP-MA

A nossa reportagem conversou com vários juristas a respeito das investigações em torno do escândalo de um suposto esquema de espionagem, onde figura como principal suspeito o secretário de Estado da segurança pública Jefferson Portela.

As investigações devido a complexidade e magnitude do caso, estão sob sigilo de justiça. Para a maioria dos doutrinadores da lei que conversamos, é absolutamente normal investigações como essa correrem em sigilo judicial, afinal de contas é um gestor público o principal investigado.

Segundo os juristas assim como o presidente do TJMA Joaquim Figueiredo determinou uma investigação, imparcial e rigorosa sobre a espionagem no Maranhão, o MP teria que pedir a justiça o afastamento de Portela, cabendo a justiça acolher o pedido ministerial e de plano mandar afastar Jefferson Portela do cargo de secretário de segurança do Estado, até a conclusão das investigações e julgamento dos envolvidos neste suposto esquema de espionagem.

Se Portela não for afastado do cargo, as investigações não terão transparência, acreditamos que no decorrer das investigações em um momento uno a luz da justiça, haverá sim a determinação para afastamento do secretário das suas funções. Disse um jurista

Só para título de esclarecimento aos nossos internautas seguidores do site SJNOTÍCIASMA, vamos deixar por aqui algumas informações sobre o que é ser jurista e quais as suas atribuições a serviço da sociedade.

Em silêncio sobre Portela, Dino cobra afastamento de Moro

Secretário de Segurança do Maranhão permanece no cargo em meio à acusação de uso da pasta para fins eleitorais, pessoais e partidários. Acusação foi feita por dois delegados da Polícia Civil

O governador Flávio Dino (PCdoB) deu demonstração de falta de coerência política e moral, nesta segunda-feira 10, ao usar as redes sociais para cobrar o afastamento do ministro Sérgio Moro da pasta da Justiça e Segurança Pública, após reportagem do The Intercept Brasil mostrar que o ex-juiz federal da Lava Jato orientou o procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF), no trâmite dos processos da operação.

Para o comunista, diante da gravidade da revelação, Moro deve deixar ou ser exonerado do ministério, por risco de utilizar a estrutura da pasta para fins eleitorais e partidários. “Sergio Moro deve se afastar ou ser afastado do Ministério da Justiça. Quem instrumentalizou a Justiça Federal para fins eleitorais e partidários pode tentar fazer o mesmo com a Polícia Federal, agora sob seu comando direto.”, postou.

Ocorre que a mesma postura de Dino não é adotada em relação ao caso envolvendo seu secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Conforme investigação que corre sob sigilo na Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), instaurada a partir de solicitação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, Portela é suspeito de haver utilizado a estrutura da pasta para fins políticos, pessoais e partidários.

Ele teria, segundo denúncia do delegado de Polícia Civil Ney Anderson Gaspar, ordenado espionagem a desembargadores do TJ-MA, além de familiares e assessores destes. Ainda segundo Ney Anderson, o titular da SSP da gestão de Dino também atrapalhou o andamento de investigações relacionadas à máfia da agiotagem no Maranhão, ao determinar blindagem a um membro do governo que poderia ser preso em eventual deflagração da Operação Jenga II. Também mirou na suposta arapongagem, sempre de acordo com Ney Anderson, no senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Resultado de imagem para FOTOS DE PORTELA E FLÁVIO DINO

Com o governo em meio ao escândalo há cerca de um mês, Dino mantém silêncio público sobre o caso, havendo se manifestado sobre Jefferson Portela apenas para parabenizá-lo pela suposta diminuição de crimes na capital, fato que, até recentemente, era atribuído ao - premiado pelo próprio governador do Maranhão pelo feito - delegado de Polícia Civil Tiago Bardal, outro que também acusa Portela de uso ilegal da pasta contra desembargadores e para causar embaraços às investigações contra a agiotagem, inclusive para proteger um agiota que vem faturando aos tubos no governo Flávio Dino, por meio de uma empresa apontada pela própria SSP de Jefferson Portela como escorredora de dinheiro público pela organização criminosa de agiotas.

Portela, assim como Moro e a força-tarefa da Lava Jato, também nega as acusações de ilegalidade.

Greve de professores em Paço do Lumiar chega ao fim após acordo

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de 2º Grau, conseguiu intermediar um acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) e o Município de Paço do Lumiar, pondo fim à greve de professores deflagrada no dia 27 de março deste ano.

Após outras duas sessões de conciliação realizadas pela Justiça, com diversas tentativas de diálogo e ajustes nos pleitos da categoria, paralisações de advertência, mobilizações, além de reuniões promovidas entre os professores e Município, as partes finalmente entraram em um consenso.

A tentativa de conciliação foi proposta pelo Sinproesemma no dia 24 de abril, em face de decisão liminar proferida pela desembargadora (relatora) Cleonice Freire, em ação declaratória de ilegalidade cumulada com obrigação de fazer interposta pelo Município de Paço de Lumiar, visando à interrupção da greve de professores, deflagrada pelo Sindicato.

A greve foi considerada ilegal pela Justiça. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 22 de maio; a segunda, no dia 3 de junho.

Ao decretarem greve geral, os professores da rede municipal de ensino reivindicavam o cumprimento de questões trabalhistas, tais como progressões salariais previstas pelo estatuto e a garantia do cumprimento da jornada de trabalho, que segundo o Sindicato, teve sua carga horária acrescida pela Secretaria de Educação. Reivindicavam a legalização da carga horária de 30h, hora-aula de 50 minutos, o reajuste de 4,17%, salário de acordo com a titulação do profissional, calendário de pagamento anual e o novo estatuto do educador.

A maioria das questões foram acordadas entre as partes, antes da realização das sessões de conciliação na Justiça, com exceção da legalização da carga horária.

ACORDO

O Sindicato se comprometeu a acabar com a greve de professores, que estava suspensa, desistindo do agravo interno interposto contra a decisão de antecipação de tutela deferida pela desembargadora relatora Cleonice Silva Freire, uma vez que o objeto do presente pleito, quer seja a regulamentação da jornada de trabalho, em decisão conjunta, foi definida nos seguintes termos:

- Os professores com jornada de trabalho de 40 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 29 unidades de 50 minutos, totalizando 24 horas e 10 minutos. As duas horas restantes corresponderão aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

- Os professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais de 60 minutos, desenvolverão suas atividades laborais em contato com o educando, distribuídas em 14 unidades de 50 minutos, totalizando 11 horas e

40 minutos. A hora restante corresponderá aos intervalos de 20 minutos por turno, computados em favor do professor.

As partes acordaram ainda que será aberto, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), edital estabelecendo as regras para a reposição/abono dos dias em que não houve aula, com prioridade aos professores das respectivas disciplinas para os professores dos anos finais e das turmas para os professores da educação infantil e anos iniciais. Antes da publicação do edital, o mesmo será preliminarmente apresentado ao Simproesemma.

As partes continuarão dialogando quanto à reposição de aulas, de vencimentos e procedimentos administrativos, e a forma de reposição/abono para os coordenadores pedagógicos. A próxima reunião acontecerá no gabinete do Prefeito da Paço do Lumiar, nesta terça-feira (11), às 17h, com a presença do prefeito, secretário de Educação, da Procuradoria do Município e de representante do Sindicato.

Com informações TJMA